Direito Constitucional II

(Exame de Coincidência - Época de Recurso)

I

O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de bases da nacionalidade, determinando, entre outros aspectos:

1º) A possibilidade de retirar a nacionalidade a portugueses naturalizados, em caso de cometimento de determinados crimes;

2º) A possibilidade de julgamento pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça de crimes praticados por portugueses naturalizados.

a) Será válido o ato do Conselho de Ministros? (4 vals.)

- *Competência do CM para apresentar iniciativa legislativa sobre a matéria da reserva absoluta (e, simultaneamente, lei orgânica) da AR (cfr. Alínea f) do artigo 164.º e n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição);*
- *O problema da eventual inconstitucionalidade da solução 1ª: indistinção constitucional entre cidadãos em função do seu carácter originário ou não originário, salvo para efeitos de capacidade eleitoral passiva nas eleições para o Presidente da República? Qual o sentido da expressão “privação da cidadania”, consagrada do artigo 26.º, n.º 4, da Constituição?*
- *Inconstitucionalidade da solução 2ª: além do referido anteriormente, princípio da separação de poderes e reserva de juiz ou de tribunais (artigos 111.º e 202.º da Constituição);*
- *Pode existir sobre a matéria uma lei de bases: podem existir leis orgânicas de bases?*
- (...);

Aprovada essa proposta de lei de bases pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos cento e quinze Deputados presentes, foi o diploma enviado para promulgação do Presidente da República que se encontrava fazia seis meses sobre essa data em profundo estado de severa demência.

- b) Foi o diploma validamente aprovado pela Assembleia da República?(1 val.)
- *O regime especial de aprovação das leis orgânicas (n.º 5 do artigo 168.º da Constituição);*
 - *A falta de quorum da AR (n.º 2 do artigo 116.º da Constituição);*
 - (...)
- c) Como se poderá resolver a situação do Presidente da República? (1,5 vals.)
- *Impedimento temporário / impedimento permanente: a análise da duração da situação;*
 - *Papel do TC;*
 - (...)

Um dia depois da receção do diploma pelos serviços da Presidência da República, um quinto dos Deputados à Assembleia da República, pertencentes ao segundo maior partido da oposição, , solicita ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade dessa lei de bases; porém, antes de o Tribunal Constitucional se pronunciar sobre a matéria, o Presidente da República interino promulgou o diploma.

- d) Comente, numa perspetiva jurídico-constitucional, as situações em causa. (2 val.)
- *O regime especial de legitimidade para o pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis orgânicas (n.º 4 do artigo 278.º);*
 - *A proibição de o PR promulgar, numa tal hipótese (cfr. N.ºs 5 e 7 do mesmo artigo);*
 - (...)
- e) Poderá o Tribunal Constitucional, ao pronunciar-se sobre a matéria, fazer uso do artigo 282º, nº 4, da Constituição?(1,5 vals.)
- *A solução não é aplicável em sede de fiscalização preventiva;*
 - *Mas aqui, note-se, o diploma tinha sido promulgado... Como resolver o problema?*
 - (...)

Entrada a lei de bases em vigor, procedendo ao seu desenvolvimento, o Governo resolveu delegar o desenvolvimento legislativo da matéria nas regiões autónomas nos respetivos governos regionais.

f) Será válido o diploma de desenvolvimento do Governo? (2 vals.)

- *A competência do Governo para desenvolver uma lei de bases em matéria de leis orgânicas: a interpretação do artigo 164º, alínea b), 2ª parte; e também do artigo 198º, nº 1, alínea c);*
- *A proibição de delegar poderes legislativos fora dos casos previstos na Constituição;*
- (...)

Dois dias após a entrada em vigor do referido decreto-lei de desenvolvimento, a Assembleia da República, invocando o artigo 169º da Constituição e a inconstitucionalidade da lei de bases, aprovou uma resolução em que revoga a lei de bases e o decreto-lei de desenvolvimento.

g) Analise a validade desta resolução da Assembleia da República. (1,5 vals.)

- *A impossibilidade de o instituto do 169º ser usado para sanar inconstitucionalidades;*
- *O autocontrolo da inconstitucionalidade pelo órgão competente;*
- *O errado uso da forma de resolução para revogar uma lei;*
- *O eventual acerto de submeter o decreto-lei de desenvolvimento a apreciação parlamentar;*
- (...)

II

Resposta às seguintes questões

1) A história constitucional portuguesa é mais feita de roturas ou de continuidades? (2,5 vals.)

— *As roturas formais: exemplificação e exceções;*

— *As continuidades substanciais: exemplificações e exceções*

— Valorizar se existirem também referências à história anterior a 1820;

— (...)

2) Imagine uma lei que torna mais exigentes os requisitos para obtenção da nacionalidade portuguesa e que, nos seus próprios termos, se aplique aos pedidos tramitados após a aprovação em Conselho de Ministros da proposta de lei em que teve origem. Numa ótica constitucional, pergunta-se.

a) Quais os argumentos que pode usar na defesa da sua validade? (2 vals.)

— *O conhecimento, por parte dos destinatários, das restrições desde a aprovação da respetiva proposta de lei em Conselho de Ministros*

— *Superior interesse público;*

— (...)

b) Que argumentos pode, em sentido contrário, usar para defender a sua invalidade? (2 vals.)

— *O n.º 3 do artigo 18.º da Constituição e a nacionalidade como direito, liberdade e garantia (n.º 1 do artigo 26.º);*

— *Violar o princípio da tutela da confiança e/ou da segurança jurídica;*

— *Colocar em causa o princípio do Estado de Direito democrático;*

— (...).

Duração: 1h30m

—

Direito Constitucional II

(Exame de Coincidência – Alunos com Necessidades Educativas Especiais - Época de Recurso)

I

O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei de bases da nacionalidade, determinando, entre outros aspectos:

1º) A possibilidade de retirar a nacionalidade a portugueses naturalizados, em caso de cometimento de determinados crimes;

2º) A possibilidade de julgamento pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Justiça de crimes praticados por portugueses naturalizados.

a) Será válido o ato do Conselho de Ministros? (5 vals.)

— *Competência do CM para apresentar iniciativa legislativa sobre a matéria da reserva absoluta (e, simultaneamente, lei orgânica) da AR (cfr. Alínea f) do artigo 164.º e n.º 2 do artigo 166.º, ambos da Constituição);*

— *Inconstitucionalidade da solução 1ª: a indistinção constitucional entre cidadãos em função do seu carácter originário ou não originário, salvo para efeitos de capacidade eleitoral passiva nas eleições para o Presidente da República;*

— *Inconstitucionalidade da solução 2ª: além do referido anteriormente, princípio da separação de poderes e reserva de juiz ou de tribunais (artigos 111.º e 202.º da Constituição);*

— *Pode existir sobre a matéria uma lei de bases: podem existir leis orgânicas de bases?*

— (...);

Aprovada essa proposta de lei de bases pela Assembleia da República, por maioria absoluta dos cento e quinze Deputados presentes, foi o diploma enviado para promulgação do Presidente da República que se encontrava fazia seis meses sobre essa data em profundo estado de severa demência.

- b) Foi o diploma validamente aprovado pela Assembleia da República?(1,5 vals.)
- *O regime especial de aprovação das leis orgânicas (n.º 5 do artigo 168.º da Constituição);*
 - *A falta de quorum da AR (n.º 2 do artigo 116.º da Constituição);*
 - (...)
- c) Como se poderá resolver a situação do Presidente da República? (1,5 vals.)
- *Impedimento temporário / impedimento permanente: a análise da duração da situação;*
 - *Papel do TC;*
 - (...)

Um dia depois da receção do diploma pelos serviços da Presidência da República, um quinto dos Deputados à Assembleia da República, pertencentes ao segundo maior partido da oposição, , solicita ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade dessa lei de bases; porém, antes de o Tribunal Constitucional se pronunciar sobre a matéria, o Presidente da República interino promulgou o diploma.

- d) Comente, numa perspetiva jurídico-constitucional, as situações em causa. (2,5 val.)
- *O regime especial de legitimidade para o pedido de fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis orgânicas (n.º 4 do artigo 278.º);*
 - *A proibição de o PR promulgar, numa tal hipótese (cfr. N.ºs 5 e 7 do mesmo artigo);*
 - (...)

Entrada a lei de bases em vigor, procedendo ao seu desenvolvimento, o Governo resolveu delegar o desenvolvimento legislativo da matéria nas regiões autónomas nos respetivos governos regionais.

- e) Será válido o diploma de desenvolvimento do Governo? (2,5 vals.)

- *A competência do Governo para desenvolver uma lei de bases em matéria de leis orgânicas: a interpretação do artigo 164º, alínea b), 2ª parte; e também do artigo 198º, nº 1, alínea c);*
- *A proibição de delegar poderes legislativos fora dos casos previstos na Constituição;*
- (...)

II

Resposta às seguintes questões

- 1) A história constitucional portuguesa é mais feita de roturas ou de continuidades? (2,5 vals.)
 - *As roturas formais: exemplificação e exceções;*
 - *As continuidades substanciais: exemplificações e exceções*
 - *Valorizar se existirem também referências à história anterior a 1820;*
 - (...)

- 2) Imagine uma lei que torna mais exigentes os requisitos para obtenção da nacionalidade portuguesa e que, nos seus próprios termos, se aplique aos pedidos tramitados após a aprovação em Conselho de Ministros da proposta de lei em que teve origem. Numa ótica constitucional, pergunta-se que argumentos pode, em sentido contrário, usar para defender a respetiva invalidade? (4 vals.)
 - *O n.º 3 do artigo 18.º da Constituição e a nacionalidade como direito, liberdade e garantia (n.º 1 do artigo 26.º);*
 - *Violar o princípio da tutela da confiança e/ou da segurança jurídica;*
 - *Colocar em causa o princípio do Estado de Direito democrático;*
 - (...).

Duração: 1h30m

—